

RAZÃO DE ESTADO E HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: A LIDERANÇA ESTRATÉGICA NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

RAISON D'ÉTAT AND THE HEGEMONY OF THE UNITED STATES: STRATEGIC LEADERSHIP IN THE CONSTRUCTION OF INTERNATIONAL ORDER

Carla Pessanha Loque¹
Rafael Tallarico²

RESUMO

A doutrina kissingeriana sobre a Razão de Estado e a hegemonia dos Estados Unidos destaca a importância de uma liderança estratégica na construção e preservação da ordem internacional. Kissinger argumenta que a ordem global não surge espontaneamente, sendo necessária uma ação deliberada para moldá-la, baseada em estratégias de longo prazo e no fortalecimento de alianças essenciais, como a com Israel. A hegemonia americana deve ser vista como um meio para garantir estabilidade global, com a capacidade de ajustar-se às novas realidades geopolíticas sem comprometer os interesses nacionais. A política externa dos EUA deve ser realista e estratégica, orientada pela Razão de Estado.

¹ A autora é especialista em Direitos Humanos pelo Instituto Erick Carsten da Universidade de Helsinque (Finlândia) e em Direito Internacional Penal pelo Instituto de Altos Estudos de Direito Penal de Siracusa (Itália). Mestre em Direito Internacional Penal pela Universidade de Granada (Espanha), é funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU), onde atua em programas relacionados ao Estado de Direito. Anteriormente, trabalhou na Comissão Europeia.

² O autor é mestre em Direito e Justiça e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em Direito Constitucional Estratégico. Professor Universitário de Direito Internacional Público. Foi Estagiário de Docência e Professor Convidado da disciplina "Ordem Mundial em Henry Kissinger" na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Advogado na área empresarial.

Palavras-chave Razão de Estado, Hegemonia dos Estados Unidos, Liderança Estratégica, Política Externa

ABSTRACT

Kissinger's doctrine on the *raison d'état* and the hegemony of the United States emphasizes the importance of strategic leadership in the construction and preservation of international order. Kissinger argues that the global order does not arise spontaneously, requiring a deliberate action to shape it, based on long-term strategies and the strengthening of essential alliances, such as the one with Israel. American hegemony must be viewed as a means to ensure global stability, with the capacity to adapt to new geopolitical realities without compromising national interests. U.S. foreign policy must be realistic and strategic, guided by *raison d'état*.

Keywords: *Raison d'État*, Hegemony of the United States, Strategic Leadership, Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

A política externa dos Estados Unidos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem sido definida por um compromisso com a preservação da ordem internacional e com a proteção dos interesses estratégicos globais. No centro dessa política, está a Razão de Estado, princípio fundamental para guiar as decisões e ações diplomáticas dos Estados Unidos. A hegemonia americana, mais do que um fim, é vista como um meio para garantir a estabilidade global e o equilíbrio de poder no sistema internacional.

Em sua obra, Henry Kissinger enfatiza que a ordem internacional não surge de forma espontânea, mas deve ser deliberadamente moldada por potências que compreendem a importância de uma estratégia de longo prazo. Kissinger defende que a liderança dos Estados Unidos deve ser orientada pela Razão de Estado, ajustando-se às novas realidades geopolíticas enquanto preserva o sistema internacional em que o país exerce uma posição de preeminência. O compromisso com alianças estratégicas, como a de Israel, e a preservação da hegemonia americana são centrais para esse processo. A política externa dos Estados Unidos, portanto, é caracterizada por decisões pragmáticas que buscam equilibrar os interesses nacionais com a estabilidade global.

I - ORDEM, SOBERANIA E A FUNÇÃO AMERICANA NO SÉCULO XXI

"A ordem deve ser criada; ela não surgirá espontaneamente." — Henry Kissinger, *A World Restored* (1957)

A atual inquietação quanto à soberania industrial, à integridade territorial e à solvência fiscal dos Estados Unidos reflete o esgotamento de uma era em que a liderança americana foi tratada como axioma. Desde o fim da Guerra Fria, muitos presumiram que a preeminência dos Estados Unidos era um estado natural, perpétuo, isento de esforço. Essa presunção é historicamente infundada. A autoridade americana no mundo foi construída por meio da força, da visão estratégica e da disposição de sustentar uma ordem internacional compatível com seus interesses. Abandonar essa disposição equivale, não a um gesto de humildade, mas a um convite à dissolução da ordem existente — e à ascensão de uma que lhe será hostil.

A reconstrução da base industrial americana não é uma nostalgia protecionista. É uma exigência da realidade geopolítica. Em um mundo em que o controle das cadeias de suprimento se converte em instrumento de coerção, depender de rivais sistêmicos para tecnologia, energia ou insumos críticos é negligência. A autossuficiência não deve ser total, mas deve ser decisiva nos setores onde a dependência implica vulnerabilidade estratégica.

A questão migratória, por sua vez, deve ser tratada com frieza e com lucidez. Nenhum Estado sobrevive intacto ao influxo descontrolado de populações que não compartilham sua história, seus valores ou seu contrato social. A imigração regulada, voltada à integração, fortalece a potência nacional. Mas o descontrole das fronteiras é uma forma de dissolução interna. Não se trata de humanitarismo, mas de sobrevivência política.

Quanto à dívida, é essencial compreender que ela não é apenas uma questão fiscal. É uma limitação de soberania. Um Estado excessivamente endividado se torna vulnerável à chantagem dos mercados, à pressão de potências credoras e à perda de sua liberdade de manobra. Disciplina orçamentária é um componente da estratégia, não uma exigência tecnocrática.

A missão histórica dos Estados Unidos não é adaptar-se ao mundo, mas moldá-lo. E moldar não significa conquistar, mas impor uma estrutura dentro da qual os demais Estados operem com previsibilidade e limites. A renúncia a esse papel não resultará em harmonia, mas em anarquia sistêmica.

“Ou os Estados Unidos projetam ordem, ou o sistema internacional será redesenhado por potências que não compartilham seus princípios — nem seus limites.”

II – O MEIO-ORIENTE E A CENTRALIDADE DE ISRAEL NA DOCTRINA KISSINGERIANA

“The security of Israel is a moral imperative for the West and a geopolitical necessity for American strategy.” — Henry Kissinger, Years of Upheaval (1982), p. 890 (“A segurança de Israel é um imperativo moral para o Ocidente e uma necessidade geopolítica para a estratégia americana.”)

Para Kissinger, Israel não é apenas um aliado regional, mas uma âncora estratégica da presença americana no Oriente Médio. Sua existência é vinculada a um duplo código: moral e funcional. Moral, porque representa um compromisso histórico do Ocidente com a sobrevivência judaica após o Holocausto. Funcional, porque Israel é uma potência regional autônoma, com capacidade de dissuasão e projeção.

“No other country in the region could substitute for Israel’s strategic capabilities or for its psychological importance to American public opinion.” — Henry Kissinger, Years of Renewal (1999), p. 548 (“Nenhum outro país na região poderia substituir as capacidades estratégicas de Israel ou sua importância psicológica para a opinião pública americana.”)

Kissinger também reconhecia que a estabilidade regional não poderia ser alcançada sem o reconhecimento do papel central de Israel no equilíbrio de poder do Oriente Médio. Qualquer tentativa de impor soluções externas sem levar em conta a segurança de Israel estava, segundo ele, condenada ao fracasso.

“The Arab-Israeli conflict will not be resolved by pressure alone, but by a structure of mutual recognition supported by credible deterrence.” — Henry Kissinger, Does America Need a Foreign Policy? (2001), p. 163 (“O conflito árabe-israelense não será resolvido apenas por pressão, mas por uma estrutura de reconhecimento mutuo sustentada por dissuasão crível.”)

Em sua prática diplomática, especialmente durante os anos 1973-1975, Kissinger promoveu a chamada diplomacia de passos (step-by-step diplomacy), que buscava avanços incrementais com base na realidade do poder militar e da dissuasão. Ele acreditava que acordos duradouros no Oriente Médio não podiam ser impostos com base em abstrações morais universais, mas apenas a partir do reconhecimento das capacidades e vulnerabilidades reais dos Estados envolvidos.

“Peace requires not only goodwill but also a sense of limits and of the balance of risks.” — Henry Kissinger, Years of Upheaval (1982), p. 918 (“A paz requer não apenas boa vontade, mas também senso de limites e do equilíbrio dos riscos.”)

Portanto, Israel, na visão kissingeriana, é simultaneamente um bastião estratégico e um ponto de articulação da credibilidade americana na região. Proteger Israel é proteger o capital diplomático, militar e simbólico dos Estados Unidos no tabuleiro do Oriente Médio.

III - A FRAGMENTAÇÃO DA EUROPA E A GEOMETRIA DA CONTENÇÃO

“O equilíbrio de poder não é um fim em si mesmo, mas um meio de garantir a existência de várias possibilidades.” — Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994), p. 137

A ordem europeia, outrora o centro de gravidade da diplomacia ocidental, entrou em um estágio de dispersão funcional. Desde a implosão da União Soviética, a Europa tem oscilado entre a dependência estratégica dos Estados Unidos e a tentativa de afirmar uma autonomia estrutural. Essa ambivalência é perigosa.

Kissinger observou que “sem uma definição clara de interesses comuns, alianças tornam-se instrumentos de paralisia, não de dissuasão” (*Diplomacy*, p. 526). A União Europeia falha em apresentar uma doutrina de segurança coerente. Sua dependência da OTAN não é acompanhada por uma capacidade operacional equivalente. A fragmentação das suas prioridades nacionais enfraquece sua força diplomática coletiva.

O que está em jogo é o próprio conceito de contenção. Durante a Guerra Fria, a Europa Ocidental serviu de bastião civilizacional contra a expansão soviética. Hoje, com a ausência de um inimigo unificador e o surgimento de uma multipolaridade desordenada, a Europa se mostra vulnerável à pressão assimétrica — tanto de potências revisionistas quanto de crises internas. A contenção, para existir, precisa de geografia, mas também de intencionalidade política.

“A diplomacia eficaz requer clareza de propósito. Um sistema que não define seus princípios inevitavelmente colapsa sob o peso das suas ambiguidades.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 88

Se os Estados Unidos desejam preservar a ordem euro-atlântica, precisarão reassumir o papel de formuladores de doutrina e condutores da unidade. A Europa, sozinha, não é capaz de manter o equilíbrio continental. Como advertiu Kissinger, “O papel da liderança americana não é opcional; é estrutural” (*Diplomacy*, p. 813).

A contenção do século XXI não exige apenas presença militar. Exige coerência entre os instrumentos de poder, definição de ameaças e unidade doutrinária. Sem isso, a Europa se tornará um palco de competição entre potências que compreendem a ordem apenas como ferramenta de oportunidade.

“A história castiga as potências que se esquecem que a ordem é um projeto. E projetos, para existirem, exigem arquitetos.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 9

IV – A POSIÇÃO AMBÍGUA DA ÍNDIA NA ORDEM INTERNACIONAL

“India’s leaders proclaimed their commitment to nonalignment, but nonalignment turned out to mean nonalignment with the United States.” — Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994), p. 738 (*“Os líderes da Índia proclamavam seu compromisso com o não alinhamento, mas o não alinhamento acabou significando não alinhamento com os Estados Unidos.”*)

Durante a Guerra Fria, a Índia adotou uma posição formal de neutralidade, mas que, segundo Kissinger, funcionava na prática como distanciamento político dos Estados Unidos. Sua diplomacia assumia o discurso moralista do não alinhamento enquanto cultivava relações estratégicas com a União Soviética. Essa ambivalência tornou a cooperação difícil, pois, como observou Kissinger:

“India was not an easy country for us to deal with. Its leaders often approached foreign policy in moralistic terms, while pursuing power politics no less rigorously than other states.” — Henry Kissinger, *White House Years* (1979), p. 850 (*“A Índia não era um país fácil de lidar. Seus líderes frequentemente abordavam a política externa em termos moralistas, ao mesmo tempo em que perseguiram a política de poder com o mesmo rigor que qualquer outro Estado.”*)

Na análise de Kissinger, a Índia busca preservar sua autonomia estratégica acima de qualquer alinhamento estrutural, uma tradição diplomática que persiste mesmo após o fim da Guerra Fria. No contexto do século XXI, Kissinger identifica um dilema não resolvido:

“India will have to decide whether it wants to be a balancing power or a global one—and how to shape a partnership with America while maintaining its own strategic autonomy.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 220 (*“A Índia terá que decidir se deseja ser uma potência de equilíbrio ou uma potência global — e como moldar uma parceria com os Estados Unidos mantendo sua própria autonomia estratégica.”*)

A Índia, portanto, não é, para Kissinger, uma aliada natural dos Estados Unidos, mas um ator autônomo que opera de forma oportunista em um sistema multipolar. Sua importância deriva, não de sua previsibilidade, mas de sua capacidade de influenciar equilíbrios regionais e de reconfigurar coalizões conforme seus interesses.

A ambiguidade da Índia não é um obstáculo tático, mas uma condição estratégica permanente. Sua relação com o Ocidente não será regida por lealdade, mas por conveniência e autonomia

nacional. Como tal, exige uma abordagem americana menos doutrinária e mais realista, fundada no reconhecimento de que a Índia não será um pilar fixo da ordem ocidental, mas um elemento dinâmico a ser observado e influenciado com prudência diplomática.

V – A ESTRATÉGIA SINO-RUSSA SOB A ÓTICA DO EQUILÍBRIO GLOBAL

“China e Rússia nunca aceitaram a legitimidade de uma ordem mundial cuja arquitetura elas não ajudaram a construir.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 6

Para compreender a aproximação estratégica entre China e Rússia, é preciso partir do princípio de que ambas as potências compartilham uma memória histórica de humilhação e exclusão. Como afirmou Kissinger, “ambas nunca aceitaram a legitimidade de uma ordem mundial cuja arquitetura lhes foi imposta”. Tal percepção molda sua atuação externa não em busca de estabilidade global, mas de reequilíbrio de poder sob seus próprios termos.

“A busca por dominação regional pelas grandes potências é um padrão normal das relações internacionais na história.” — Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994), p. 27

Tanto Pequim quanto Moscou operam sob a lógica histórica do poder regional. O expansionismo russo é calcado na busca por profundidade estratégica; o modelo chinês, na projeção gradual de hegemonia econômica e tecnológica. Ambas compreendem que o vácuo deixado por uma América hesitante não será preenchido pela ONU, mas por alianças informais, corredores energéticos, pactos bilaterais e zonas de influência.

“O que se chama multipolaridade não é uma prescrição para a paz, mas uma descrição da realidade do poder.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 9

A multipolaridade contemporânea não configura uma nova estabilidade, mas sim uma competição entre modelos de ordem. A cooperação sino-russa não é baseada em afinidade ideológica, mas na convergência de interesses revisionistas. Como advertiu Kissinger, “a multipolaridade não é uma receita para a paz, mas uma descrição da realidade do poder”. Ignorar isso é abandonar a prática da diplomacia pela ilusão da convivência.

“O teste de uma política é como ela lida com a transição do familiar para o inédito.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 373

O verdadeiro desafio político para os Estados Unidos está em compreender que a parceria sino-russa é, acima de tudo, um instrumento de pressão. Ela testa a capacidade americana de res-

ponder à transição do familiar — uma hegemonia incontestada — para o inédito: um sistema contestado, dinâmico e propenso ao colapso se não for moldado com determinação.

“Toda civilização que já existiu acabou colapsando. A história é a memória da arte de governar.”
— Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 10

Assim, o futuro da ordem internacional não reside na esperança de equilíbrio espontâneo entre potências. Ele reside na capacidade dos Estados Unidos de entender que a estabilidade é um ato de vontade sustentado por estratégia. E que a memória da diplomacia é, em última instância, o que separa a civilização do caos.

VI – EUA E CHINA: RIVALIDADE, RESPEITO E A LÓGICA DO EQUILÍBRIO

“The United States and China are not destined to collide, but their relationship requires a balancing of vital interests, not ideological confrontation.” — Henry Kissinger, *On China* (2011), p. 528 (*“Os Estados Unidos e a China não estão destinados ao confronto, mas sua relação exige um equilíbrio de interesses vitais, não um embate ideológico.”*)

Kissinger via a relação sino-americana como uma estrutura de competição estratégica dentro dos limites de uma ordem estável. Não acreditava em alianças por afinidade ideológica, mas em arranjos de equilíbrio baseados na realidade do poder.

“China does not export its ideology, it projects its power through the assertion of a unique historical identity.” — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 213 (*“A China não exporta sua ideologia, projeta seu poder por meio da afirmação de uma identidade histórica singular.”*)

A diferença fundamental entre Estados Unidos e China, segundo Kissinger, não é apenas de sistema político, mas de percepção histórica de si mesmos. A China busca estabilidade através da centralidade; os Estados Unidos através da expansão de princípios. Essa diferença torna o diálogo complexo, mas não impossível.

“Each country must learn to deal with the other as a major power with legitimate strategic interests.” — Henry Kissinger, *On China* (2011), p. 530 (*“Cada país deve aprender a lidar com o outro como uma grande potência com interesses estratégicos legítimos.”*)

Para Kissinger, a sobrevivência da ordem internacional dependeria da habilidade dos EUA e da China de aceitarem limites, reconhecerem zonas de interesse e evitarem confrontos diretos, mesmo em contextos de rivalidade crescente.

"Great powers co-exist not because they agree on values, but because they agree on limits." — Henry Kissinger, *World Order* (2014), p. 224 ("Grandes potências coexistem não porque concordam em valores, mas porque concordam em limites.")

Nesse sentido, a relação sino-americana não é um conflito inevitável, mas uma gestão permanente de tensões. Kissinger via a diplomacia entre essas potências como um exercício de sobriedade: "The essence of diplomacy is not to permit differences to become wars" (A essência da diplomacia é não permitir que as diferenças se tornem guerras).

"The test of statesmanship is the ability to recognize the moment when conditions change and to adjust policy accordingly." — Henry Kissinger, *On China* (2011), p. 532 ("O teste da arte de governar é a capacidade de reconhecer o momento em que as condições mudam e ajustar a política de acordo.")

Essa é, em última análise, a lição fundamental da doutrina kissingeriana em relação à China: nem contenção cega, nem condescendência ingênua. Apenas equilíbrio, paciência e disposição para o cálculo em nome da ordem.

VII – LIDERANÇA ESTRATÉGICA: KISSINGER E O CONTRASTE COM A PRÁTICA ATUAL AMERICANA

"Leadership is not about popularity. It is about conviction, purpose, and the willingness to face loneliness and criticism when necessary." — Henry Kissinger, *Leadership: Six Studies in World Strategy* (2022), p. 12 (*"Liderança não diz respeito à popularidade. Trata-se de convicção, propósito e da disposição de enfrentar a solidão e a crítica quando necessário."*)

Ao refletir sobre a natureza da liderança estratégica, Kissinger defende que o estadista deve estar ancorado na história, guiado por objetivos nacionais e preparado para tomar decisões impopulares em nome da ordem. Em *Leadership*, ele destaca que os líderes analisados — de Adenauer a Nixon — moldaram o sistema internacional ao exercerem autoridade com visão de longo prazo e coragem moral.

"The leader must be a bridge between the past and the future, charged with the responsibility of preserving the essentials while adjusting to changing realities." — Henry Kissinger, *Leadership* (2022), p. 27 (*"O líder deve ser uma ponte entre o passado e o futuro, encarregado da responsabilidade de preservar os elementos essenciais enquanto se ajusta às realidades em mudança."*)

Kissinger sempre destacou que a liderança estratégica dos Estados Unidos deveria ser sustentada pela Razão de Estado, sendo guiada por interesses nacionais claros e um planejamento estratégico de longo prazo. Ele via a política externa como um exercício contínuo de fortalecimento das alianças, preservação da ordem global e garantia da segurança e estabilidade mundial. Essa visão de continuidade e estabilidade permanece como a base da diplomacia americana, com o apoio a Israel, por exemplo, sendo um pilar fundamental para a manutenção da paz no Oriente Médio e da estabilidade regional.

“Strategy requires a definition of direction and a recognition of limits. Without them, foreign policy becomes reactive and incoherent.” — Henry Kissinger, Leadership (2022), p. 49 (“Estratégia requer definição de direção e reconhecimento de limites. Sem isso, a política externa torna-se reativa e incoerente.”)

Kissinger sempre enfatizou que a estratégia deve ser clara e definida, respeitando os limites do poder e as realidades do contexto internacional. A diplomacia atual dos Estados Unidos, longe de ser reativa ou desorganizada, segue uma linha de ação que visa garantir a estabilidade global e os interesses estratégicos de longo prazo.

“Statesmen must act in the gray area between necessity and choice, between the real and the ideal.” — Henry Kissinger, Leadership (2022), p. 303 (“Estadistas devem agir na zona cinzenta entre a necessidade e a escolha, entre o real e o ideal.”)

A liderança dos Estados Unidos, à luz dos princípios kissingerianos, deve ser guiada por uma visão estratégica de longo prazo, focada na preservação da ordem global, fortalecimento das alianças estratégicas e na defesa de seus interesses nacionais. Isso é exemplificado no compromisso contínuo com a Razão de Estado, buscando sempre o equilíbrio entre o ideal e a realidade para garantir uma diplomacia estável e eficaz.

CONCLUSÃO

O pensamento de Henry Kissinger sobre a Razão de Estado, a hegemonia americana e a ordem internacional continua sendo um guia essencial para entender a política externa dos Estados Unidos. Kissinger sempre sustentou que a ordem global não se dá espontaneamente, mas deve ser criada por aqueles que têm a visão estratégica e a determinação para moldá-la. A liderança americana, como ele defendeu, não pode ser construída sobre emoções momentâneas ou reações impulsivas, mas sim sobre uma convicção profunda e uma estratégia de longo prazo que assegure a continuidade da paz, da estabilidade e dos interesses nacionais.

O compromisso dos Estados Unidos com Israel, por exemplo, é um pilar da estratégia de Kissinger para o Oriente Médio. Ele sempre considerou Israel não apenas como um aliado estratégico, mas como um elemento central para garantir a estabilidade da região e a preservação da ordem global. Para Kissinger, qualquer política externa que negligenciasse Israel e suas necessidades de segurança corria o risco de desestabilizar a região inteira, o que comprometeria os interesses fundamentais dos Estados Unidos.

Além disso, a política de Kissinger destaca a importância das alianças estratégicas e a necessidade de os Estados Unidos atuarem como uma potência organizadora do sistema internacional, garantindo o equilíbrio de poder e a manutenção da ordem global. Kissinger acreditava firmemente que a hegemonia americana não deveria ser vista como um objetivo imperialista, mas como uma função da estabilidade global. A liderança dos EUA, no pensamento kissingeriano, exige uma capacidade de agir com autoridade, equilibrando os interesses nacionais com a necessidade de ajustar-se às novas realidades geopolíticas.

Ao longo de sua obra, Kissinger destacou que o líder deve ser uma ponte entre o passado e o futuro, mantendo a coerência com os valores essenciais enquanto se adapta às mudanças inevitáveis no cenário internacional. Essa abordagem exige, para os Estados Unidos, uma política externa baseada na Razão de Estado, que procure preservar o equilíbrio global, mas também ajustar-se a um sistema internacional multipolar, onde as potências emergentes, como China e Rússia, desempenham papéis cada vez mais influentes.

Por fim, Kissinger sempre ressaltou que a estratégia é um exercício de realismo, exigindo que os estadistas ajam entre o necessário e o ideal, e entre o real e o desejado, em um contexto onde a Razão de Estado seja sempre a principal orientadora. Os desafios do século XXI exigem, mais do que nunca, uma política externa americana fundamentada em princípios claros, em que a hegemonia dos EUA seja entendida como parte de um sistema global estável e não como uma imposição de poder unilateral.

REFLEXÃO FINAL

A liderança dos Estados Unidos, conforme delineado por Kissinger, deve ser orientada por um propósito estratégico, com uma visão clara de longo prazo e a capacidade de tomar decisões difíceis para proteger os interesses nacionais e a ordem internacional. Isso exige não apenas coragem e convicção, mas também a habilidade de navegar pelas complexidades da geopolítica moderna, mantendo os valores essenciais, mas sendo capaz de ajustar-se a novas

realidades. O papel de liderança dos EUA, portanto, não é garantido; ele deve ser constantemente reafirmado e moldado pela Razão de Estado, com o foco na estabilidade global, alianças duradouras e preservação da ordem internacional.

REFERÊNCIAS

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

KISSINGER, Henry. *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812–1822*. Boston: Houghton Mifflin, 1957.

KISSINGER, Henry. *Leadership: Six Studies in World Strategy*. New York: Penguin Press, 2022.

KISSINGER, Henry. *World Order*. New York: Penguin Press, 2014.